



149

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 193375-3 – Comarca de Recife
Apelante: Marli Souto Maior Lima
Apelado: Município do Recife

R
5527

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. REVISIONAL DE APOSENTADORIA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. DIFERENÇA DE PENSÃO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA POR UNANIMIDADE DE VOTOS. 1. Trata-se do reconhecimento do direito de servidora pública municipal à inclusão da Gratificação de Insalubridade e Produtividade SUS, aos seus proventos, considerando o montante a que faria jus como se em atividade estivesse. 2. Tanto em sua resposta quanto em suas contrarrazões, o réu/apelado, a quem cabe o dever de arquivar e fornecer os demonstrativos de pagamento dos aposentados e pensionistas, não demonstrou nos autos o pagamento das verbas cobradas até então, vale dizer, a teor do art. 333, II, cabe ao réu constituir prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor. Se o Município apelado não o fez, deve arcar com as diferenças salariais reclamadas, a serem apuradas na fase liquidatória. 3. A apelada juntou aos autos documentos novos, a saber: o Encaminhamento nº 297/2009, da Procuradoria Consultiva da Prefeitura do Recife, que opinou pela incorporação da retribuição do cargo comissionado e da gratificação de insalubridade; o Encaminhamento 282/2009, da Diretoria Geral das Procuradorias, que decidiu pela incorporação aos proventos da interessada apenas do adicional de insalubridade, indeferindo a incorporação quanto ao cargo comissionado; e o demonstrativo de pagamento do mês de julho de 2009, comprovando o atendimento ao determinado pela Diretoria Geral das Procuradorias. 4. Note-se que a sentença foi publicada em 16/04/2009, conforme certidão de fl. 52, enquanto que os documentos mencionados, que julgaram administrativamente o pedido da apelante, são, respectivamente, datados de 06/05/2009, 10/06/2009 e 31/07/2009. Indubitável

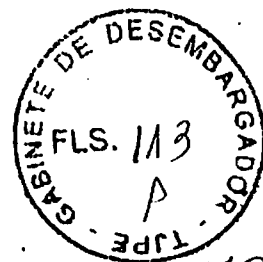


Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



150

motivo de força maior está configurado quando requerimento de aposentadoria, datado de novembro de 2004 (fls. 07), só é julgado administrativamente de forma definitiva em junho de 2009. 5. pela documentação carreada aos autos, a apelante tem direito à incorporação, a título de estabilidade financeira, da gratificação de insalubridade, haja vista o período de percepção da vantagem estar compreendido entre agosto de 1987 a abril de 2005, de forma ininterrupta. Direito este adquirido através do art. 79, XXX, da Lei Orgânica do Município do Recife, o qual somente foi revogado através da Emenda nº 09/99. 6. Quanto à retribuição pelo exercício de cargo comissionado não há suporte legal a ensejar sua incorporação, pois o interregno de seu recebimento não totaliza sequer três anos. E como tal gratificação tem natureza diversa do adicional de insalubridade seus prazos devem ser computados separadamente. 7. Apelação Cível parcialmente provida por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 193375-3, acima mencionada, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, dar provimento parcial ao apelo, nos termos do relatório e voto proferidos no julgamento realizado na data de 14 de janeiro de 2009.

P.R.I.

Recife, 20 de 01 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

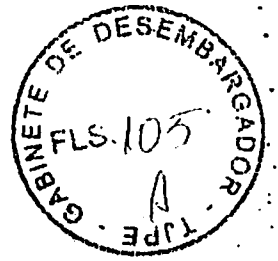


Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



951

Apelação Cível nº 193375-3 – Comarca de Recife

Apelante: Marli Souto Maior Lima

Apelado: Município do Recife

RELATÓRIO

Cuida-se de apelação cível hostilizando sentença que, nos autos da Ação Ordinária nº 001.2007.020759-4, julgou improcedente o pedido inicial, sob o fundamento de que a autora não comprovou o recebimento de seus proventos no valor a menor ao que faria jus.

Em suas razões, de fls. 54/59, alega a apelante, resumidamente, que a ação foi suficientemente instruída, havendo reconhecimento de seu direito pela municipalidade através dos pareceres acostados, sendo-lhe devido o adicional de insalubridade e produtividade SUS.

Contrariedade às fls. 64/67, onde se pugna pela negativa de seguimento ao presente apelo pelos próprios fundamentos contidos na sentença atacada.

Com vista, o *parquet* Estadual, em seu parecer de fls. 78/80, opinou pelo improvimento do recurso, mantendo-se a sentença recorrida.

Através da petição de fls. 83/84, a apelante juntou documentos novos, a saber, pareceres da diretoria da procuradoria consultiva e da diretoria geral das procuradorias, ambas vinculadas ao município apelado, bem como demonstrativo de pagamento.

Após intimação, o apelado se manifestou, requerendo a desconsideração da petição atravessada pela apelante e o seu desentranhamento dos autos.

É o relatório. À Doutra Revisão.

Recife, 04 de dezembro de 2009.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



152

Apelação Cível nº 193375-3 – Comarca de Recife

Apelante: Marli Souto Maior Lima

Apelado: Município do Recife

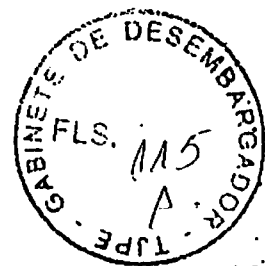
VOTO

Trata-se, originariamente, do reconhecimento do direito de servidora pública municipal à inclusão da Gratificação de Insalubridade e Produtividade SUS, aos seus proventos, considerando o montante a que faria jus como se em atividade estivesse, tudo isso de acordo com os termos do pedido inicial, no entanto, a sentença atacada julgou improcedente o pedido por falta de lastro probatório, à luz do art. 333, I, do CPC.

Muito embora a autora não tenha feito prova da diferença pleiteada, através de comprovante de pagamento, juntou os Pareceres de nº 1.513/04 e nº 215/05, onde a própria municipalidade analisou não só a pertinência das verbas mencionadas, mas também a incidência de Adicional por Tempo de Serviço, Gratificação de Cargo Comissionado e o pagamento de licença-prêmio não gozada, o que, a meu ver, denota o não pagamento de tais verbas nos seus proventos.

Vale salientar, outrossim, que tanto em sua resposta quanto em suas contrarrazões, o réu/apelado, a quem cabe o dever de arquivar e fornecer os demonstrativos de pagamento dos aposentados e pensionistas, não demonstrou nos autos o pagamento das verbas cobradas até então, vale dizer, a teor do art. 333, II, cabe ao réu constituir prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor. Se o Município apelado não o fez, deve arcar com as diferenças salariais reclamadas, a serem apuradas na fase liquidatória.

Continuando, a apelada juntou aos autos documentos novos, a saber: o Encaminhamento nº 297/2009, da Procuradoria Consultiva da Prefeitura do Recife, que opinou pela incorporação da retribuição do cargo comissionado e da gratificação de insalubridade; o Encaminhamento 282/2009, da Diretoria Geral das Procuradorias, que decidiu pela incorporação aos proventos da interessada apenas do adicional de insalubridade, indeferindo a incorporação quanto ao cargo comissionado; e o demonstrativo de pagamento do mês de



153

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

julho de 2009, comprovando o atendimento ao determinado pela Diretoria Geral das Procuradorias.

Note-se que a sentença foi publicada em 16/04/2009, conforme certidão de fl. 52, enquanto que os documentos mencionados, que julgaram administrativamente o pedido da apelante, são, respectivamente, datados de 06/05/2009, 10/06/2009 e 31/07/2009.

De outro lado, instado a se pronunciar sobre os documentos novos, o Município apelado se limitou a arguir sua extemporaneidade.

Ora, a teor do art. 517, do CPC, invocado pela própria municipalidade, "as questões de fato, não propostas no juízo inferior, poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior".

Indubitável motivo de força maior está configurado quando requerimento de aposentadoria, datado de novembro de 2004 (fls. 07), só é julgado administrativamente de forma definitiva em junho de 2009.

Dito isto, tenho a acrescentar que, pela documentação carreada aos autos, a apelante tem direito à incorporação, a título de estabilidade financeira, da gratificação de insalubridade, haja vista o período de percepção da vantagem estar compreendido entre agosto de 1987 a abril de 2005, de forma ininterrupta. Direito este adquirido através do art. 79, XXX, da Lei Orgânica do Município do Recife, o qual somente foi revogado através da Emenda nº 09/99.

Quanto à retribuição pelo exercício de cargo comissionado não há suporte legal a ensejar sua incorporação, pois o interregno de seu recebimento não totaliza sequer três anos. E como tal gratificação tem natureza diversa do adicional de insalubridade seus prazos devem ser computados separadamente.

Feitas essas considerações, voto no sentido de dar provimento parcial ao presente apelo, reformando-se, a sentença *a quo*, para condenar o apelado a pagar à apelante os valores correspondentes ao Adicional de Insalubridade, a título de estabilidade financeira, limitando-se os efeitos jurídicos da presente decisão ao período compreendido entre a data da aposentação da autora, até o momento em que se comprovou a regularização dos



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

proventos, bem como para fixar a correção monetária pela tabela ENCOGE e o percentual a título de juros moratórios em 0,5% (meio por cento) ao mês.

É como voto.

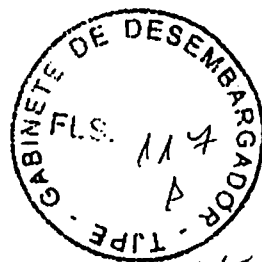
Recife, 14/04/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto



Apelação cível nº 193375-3 - Comarca do Recife

Apelante: Marli Souto Maior Lima.

Apelado: Município do Recife.

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de apelação cível em face de decisão que julgou improcedente o pleito autoral, não reconhecendo o direito da ora apelante à inclusão da Gratificação de Insalubridade e Produtividade SUS aos seus proventos, no montante a que faria jus se em atividade estivesse, sob o fundamento de que a mesma não teria comprovado a percepção de seus proventos em valor menor que o devido.

Primeiramente, cumpre mencionar que, após a interposição de recurso de apelação, a apelante juntou aos autos documentos novos, parece exarados em processo administrativo instaurado para analisar a legalidade do ato de concessão de sua aposentadoria, em que a própria edilidade reconhece o seu direito à inclusão do adicional de insalubridade no cálculo dos seus proventos de inatividade.

Em face da superveniência da produção dos aludidos documentos, que datam de maio, junho e julho de 2009, em relação à sentença, publicada em 16/04/2009, e do entendimento consolidado na jurisprudência dos tribunais superiores, que entende constituir dever do magistrado oportunizar às partes a emenda à petição inicial, quando constatada a insuficiência da documentação acostada, o que não se verificou na espécie, concluo pela litude da juntada posterior dos já citados elementos de probatórios.

Desta feita, da análise da aludida documentação carreada aos autos, concluo ter a apelante direito à incorporação, a título de estabilidade financeira, da gratificação de insalubridade, entendendo, por fim, que não merece prosperar o pleito relativo à retribuição pelo cargo comissionado, pois o interregno do seu recebimento não totaliza sequer três anos.

Em face de todo exposto, voto pelo provimento parcial da apelação cível ora analisada, tão somente para que seja deferida a incorporação, a título de estabilidade financeira, da gratificação de insalubridade aos proventos da ora apelada, deixando de arbitrar honorários advocatícios, em face da sucumbência recíproca.

É como voto.

Recife, 17 de janeiro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Revisor